Parte 3 - Políticas públicas e formação humana: realidades da sociedade contemporânea

Políticas de formação de agentes da segurança pública: um desafio para a democracia brasileira

Maria Aparecida Morgado

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PIMENTA, CAM., and ALVES, CP., orgs. *Políticas públicas & desenvolvimento regional* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 211 p. ISBN 978-85-7879-016-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Políticas de formação de agentes da segurança pública: Um desafio para a Democracia Brasileira

Maria Aparecida Morgado¹

Esta abordagem das políticas de formação de agentes da segurança pública focaliza as Forças Armadas brasileiras, em geral, e as polícias militares estaduais, em particular. Responsáveis pela segurança nacional, as Forças Armadas estenderam seu âmbito de atuação durante o período totalitário iniciado no golpe de 1964, assimilando o policiamento correspondente à segurança pública. Como se verá a seguir, tomando como base tal modelo de segurança nacional, as Forças Armadas atribuíram às polícias militares estaduais o policiamento preventivo e ostensivo da sociedade civil.

Em 1969, quarto ano de vigência do regime militar, a presidência da república edita o Decreto-Lei 667/68 que reorganiza as polícias militares (BICUDO, 1994, p. 39). Em 30 de dezembro do mesmo ano, a presidência também edita o Decreto-Lei 1072, que extingue as guardas civis, no país anexando-as às forças militares existentes, até então denominadas forças públicas (ZAUERBUCH, 2002, P. 79).

1 Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Isso resulta na fusão das guardas civis e das forças públicas e na correspondente criação das polícias militares estaduais enquanto forças auxiliares de reserva do Exército Brasileiro (BICUDO, 2002, p. 172). Essas corporações militares estaduais, estruturadas como força de reserva do Exército e a ele subordinadas pela Inspetoria Geral das Polícias Militares, passam a funcionar como auxiliares do Exército na repressão política aos movimentos de oposição ao regime ditatorial vigente (MORGADO, 2001 p. 29).

Progressivamente, as polícias militares estaduais passam a responder isoladamente pelo policiamento preventivo e ostensivo da sociedade civil (MARIANO, 2002, p. 47). Em 1977, decreto presidencial transfere para a Justiça Militar a competência para processar e julgar os crimes levados a termo por policiais militares contra civis, ampliando o âmbito de competência dessa Justiça antes restrita aos crimes tipicamente militares, como deserção e insubordinação (MORGADO, 2001, p. 33). Subordinadas a regulamento militar e formadas militarmente, as polícias militares também passam a prestar contas à Justiça Militar por sua atuação na sociedade civil (ZAUERUCHA, 2002, p. 79).

No processo de transição democrática subsequente, intenta-se retirar o controle das Forças Armadas sobre as polícias militares a fim de estabelecer a separação de funções: à polícia caberia a responsabilidade pela ordem interna, pela segurança pública, enquanto às Forças Armadas caberia a responsabilidade pela ordem externa, pela segurança nacional. A pretendida separação de funções não prospera e a Constituição de 1988 mantém o modelo de segurança pública atrelado ao modelo de segurança nacional do regime de exceção institucional (BICUDO, 2002, p.178).

Exemplificam-se, a seguir, cláusulas relacionadas às Forças Armadas, às polícias militares estaduais e ao sistema judiciário militar, nas quais a Constituição de 1988 permanece praticamente idêntica ao texto ditatorial de 1968 e suas emendas de 1969.

A Carta Constitucional coloca entraves jurídicos à separação de funções entre policias militares e Forças Armadas: no mesmo título

V (Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas) são reunidos os capítulos I (Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio), II (Das Forças Armadas) e III (Da Segurança Pública). O Artigo 142 mantém as Forças Armadas com a atribuição de garantir os poderes constitucionais — Executivo, Legislativo e Judiciário —, a lei e a ordem. Aos integrantes das PMs é constitucionalmente concedido *status* de servidor público militar idêntico ao das Forças Armadas pela primeira vez na história da república (ZAVERUCHA, p. 79-83). O Artigo 144, § 4º, 5º e 6º, institucionaliza o disposto no Decreto-Lei 1072, que extingue as guardas civis, no país, anexando-as às forças militares (BICUDO, 2002, p. 172).

Conforme o pesquisador ZAVERUCHA (2002, p. 82-94), a retomada da democracia eleitoral ao lado da manutenção de “enclaves autoritários”, no interior do Estado brasileiro, sustentam a legalidade institucional da possibilidade de reativação do aparato repressivo. Desse modo, em vez do Executivo, Legislativo e Judiciário garantirem o funcionamento das Forças Armadas, elas é que garantem o funcionamento dos três poderes. Essa perspectiva entende que a democracia e a Constituição brasileiras estão submetidas à tutela das Forças Armadas e das polícias militares estaduais, forças auxiliares de reserva sobre as quais o controle do Exército é parcialmente mantido. O pesquisador também entende que a inversão entre poder e força operada no período ditatorial é preservada: o poder permanece deferido a quem tem a força no lugar da força ser colocada a serviço do poder. Essa forma de democracia denominada “híbrida”, que não supera marcantes traços autoritários combinando-os com elementos democráticos, mantém a presença militar no sistema policial.

Benedito Domingos Mariano, ouvidor da Polícia de São Paulo no governo de Mário Covas, entende que a manutenção da política de segurança pública atrelada ao modelo de segurança nacional do regime ditatorial e a correspondente militarização do policiamento da sociedade evidenciam que a “Constituinte reescreveu o que os governos militares puseram em prática (MARIANO, 2002, p. 48). José Paulo Bisol, ex-Secretário de Justiça e Segurança do

Estado do Rio Grande do Sul, considera que as Forças Armadas, na Federação, e as polícias militares, nos estados, lançam mão de instituições “satélites” para assegurar a continuidade de seu estatuto de exceção institucional, tais como: a Justiça Militar, o Direito Militar, o Cárcere Militar, o Ministério da Defesa e a Casa Militar. Segundo ele, tal sistema permite às Forças Armadas, em geral, e às polícias militares estaduais, em particular, operarem “como se fossem instituições à parte ou como se fossem instituições de um outro Estado”, escapando, conseqüentemente, ao compromisso com a Justiça Comum e situando-se do “lado de fora da institucionalidade civil” (BISOL, 2002, p. 11-12).

No campo político das críticas acima apresentadas situam-se os projetos de emenda constitucional abaixo relacionados. Em geral, propõem que os poderes e a sociedade passem a controlar as polícias militares e o aparato que as envolve. Em 1991, o então deputado federal Hélio Bicudo apresenta o Projeto de Lei nº 046/91, propondo a desmilitarização da Polícia Militar. Em 26/05/92, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil, apresenta o Projeto de Lei nº 2801/92, propondo o restabelecimento da Súmula 297 do Superior Tribunal Federal (STF) que delega à Justiça Criminal Comum o julgamento de crimes comuns de policiais militares. Em 04 de novembro do mesmo ano, Hélio Bicudo apresenta o Projeto de Lei nº 3.321, de conteúdo similar, em seguida apensado ao Projeto de Lei da CPI (MORGADO, p. 36)

Na tramitação subsequente, o Projeto nº 3.321, apresentado em novembro de 1992, por Hélio Bicudo, é alterado por substitutivo que transfere para a esfera da Justiça Criminal Comum somente o julgamento dos crimes intencionais contra a vida, cometidos por policiais militares durante o serviço, mantendo, no âmbito da Justiça Militar, a competência para realizar Inquérito Policial correspondente (IPM), assim como julgar os demais crimes e delitos policiais. Em julho de 1996, o substitutivo é aprovado pelo Congresso Nacional. No início do mês seguinte, o Presidente da República sanciona o Projeto. Em 23 de setembro do mesmo ano, a nova Lei é publicada no Diário da

Justiça da União. Em seguida, com o nº 3189/96, Hélio Bicudo reapresenta o Projeto para restrição de competência da Justiça Militar (MORGADO, p. 37).

Em 24/04/97, o então Governador de São Paulo, Mário Covas, encaminha à Câmara Federal projeto de emenda à Constituição para a unificação dos comandos das polícias Civil e Militar. Semelhante ao projeto de desmilitarização apresentado pelo Deputado Federal Hélio Bicudo em 1991, o projeto de Mário Covas propõe a subtração do caráter militar das atividades de policiamento preventivo e ostensivo, retirando da Justiça Militar a competência para julgar quaisquer crimes de policiais militares (MORGADO, 2001, 38).

Mais recentemente, juristas de São Paulo apresentam um projeto de emenda para criação de uma polícia única de caráter civil. Propõe-se extinguir as polícias civis e militares nos estados, os tribunais e auditorias militares e a consequente criação de uma Polícia Estadual submetida à competência da Justiça Criminal Comum. Conforme esse projeto, os corpos de bombeiros passariam a integrar o sistema de defesa civil. Também propõem a extinção do Inquérito Policial, delegando ao Ministério Público a responsabilidade pela correspondente investigação criminal. (BICUDO, 2002, p. 179). Para vigorar em todos os Estados da Federação, o projeto, como outros de emenda à Constituição, depende da aprovação de 3/5 dos parlamentares e da sanção presidencial (MORGADO, 2001, p. 38).

Até os dias presentes, os projetos acima elencados não prosperaram no Congresso Nacional. Ao lado disso, os efeitos da militarização da segurança pública e da legislação, que permitem a continuidade das prerrogativas do regime ditatorial para policiais militares são fartamente conhecidos. Rememoram-se, a seguir, alguns episódios emblemáticos.

Considerado o período entre 1977 e 1987, que compreende os primeiros os dez anos de funcionamento da Justiça Militar no Estado de São Paulo, levantamento realizado pelo Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos, da Arquidiocese de São Paulo, verificou que em 95% dos delitos contra civis, os policiais militares

ficaram impunes (Bicudo, 2002, p. 175). No início dos anos 1990, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o extermínio de crianças e adolescentes, no Brasil, concluiu que, na maiorias dos casos de apreciados, os agentes dos extermínios eram policiais militares.

Episódio representativo de massacre individual ocorreu em Cuiabá, capital de Mato Grosso, na noite de 30 de maio de 1991, quando um sargento e um soldado da Polícia Militar perseguiram, encurralaram em uma rua sem saída e executaram um jovem de 18 anos — Christian Eduardo Tupiná, filho de professora da Universidade Federal de Mato Grosso — que, saindo da lanchonete onde estivera com amigos, voltava sozinho de carro para casa. A execução desse jovem de classe média, diversamente de eventos similares envolvendo jovens do sexo masculino ao volante, produziu intensa mobilização social pela condenação dos policiais executores. Os veículos de comunicação inicialmente privilegiaram a versão policial militar, de que o jovem estava armado, drogado e atirou nos policiais; em seguida, ativeram-se ao desmentido constante dos Autos do processo instaurado na Justiça Criminal Comum e à mobilização social de rechaço à ação dos policiais; por fim, investiram na mesma direção reivindicatória da sociedade local pela condenação dos executores, quando os Autos da Justiça Comum foram apensados aos Autos do processo da Justiça Militar. A sentença da Vara Especializada da Justiça Militar condenou os dois policiais pela co-autoria de homicídio simples. Acatando o recurso da acusação, a sentença foi posteriormente reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: o homicídio foi qualificado como doloso, intencional, e as penas do sargento e do soldado foram ampliadas, respectivamente, de 7 para 12 anos e de 9 para 14 anos e meio (MORGADO, 2001, p. 81-102).

Episódio representativo de massacre coletivo ocorreu na cidade de São Paulo, na tarde de 02 de outubro de 1992, quando a Tropa de Choque da Polícia Militar invadiu a Casa de Detenção e, a pretexto de conter uma rebelião, executou cento e onze presidiários no pavilhão nove do presídio. Em relação a esse episódio que passou a

ser denominado Massacre do Carandiru, as manifestações majoritárias de rechaço, registradas no levantamento de opinião pública do Instituto Datafolha, não resultaram em mobilização social proporcionalmente correspondente. Estimulados a avaliar se a Polícia “agiu certo” ou se “agiu errado”, os mil e oitenta paulistanos entrevistados se posicionaram das seguintes maneiras: 53% opinaram contrariamente à ação policial militar, 29% opinaram favoravelmente a ela e 18% deles responderam não ter formado opinião a respeito do acerto ou erro da ação militar. Inversamente, as manifestações populares de aprovação à ação policial que resultou na execução dos cento e onze detentos foram mais numerosas e expressivas que as manifestações de rechaço. No dia 08 daquele mês de outubro, na sessão em que lideranças da Assembléia Legislativa de São Paulo pediram a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), aproximadamente quatrocentas pessoas ocuparam as galerias da casa, pressionando para que as responsabilidades pelo episódio não fossem apuradas. Na sessão seguinte, aproximadamente cem pessoas contrárias à investigação ocuparam as galerias da Assembléia. Em clássicos do campeonato paulista de futebol, torcidas organizadas ostentaram faixas, com dizeres favoráveis à ação policial: “A população paulista apoia a nossa Polícia Militar”, e “Onde está o direito das vítimas dos bandidos? Estamos com a PM”. As ações reivindicatórias por justiça ficaram restritas a familiares de vítimas, a entidades de defesa dos direitos humanos, a veículos da imprensa escrita e a organismos internacionais. Cento e vinte policiais militares e um policial civil foram indiciados pela Justiça Militar. Em novembro de 1996, o Superior Tribunal de Justiça definiu a Justiça Criminal Comum como foro competente para julgar o processo. As peças dos Autos foram desmembradas em dois processos: um relativo ao então Comandante do Policiamento Metropolitano, coronel Ubiratan Guimarães, que disse ter ordenado a invasão do Presídio; outro, relativo aos demais cento e vinte policias (MORGADO, 2001, p. 103-134).

O processo contra o coronel Ubiratan Guimarães passou por várias etapas. Em 30 de junho de 2001, quando já estava na Reserva da PM de São Paulo, ele foi condenado a 612 anos de prisão por

homicídio não qualificado. A magnitude da pena resultou da multiplicação dos seis anos correspondentes à pena mínima por homicídio simples, pelo número de cento e dois detentos — foram retirados do cálculo nove presidiários mortos por ferimentos com facas. Em nove de julho seguinte, na comemoração do aniversário da Revolução Constitucionalista ocorrida em 1932, no Estado de São Paulo, impedido pelas autoridades policiais de desfilar junto ao destacamento da PM, o coronel Ubiratan desfilou por conta própria em cima de um jipe usando trajes da época; cumprimentado por populares, foi aplaudido por convidados da tribuna de honra do então Governador Geraldo Alckmin. Até os dias presentes o processo contra os demais policiais não foi a julgamento. Ubiratan Guimarães apelou em liberdade e obteve revogação da sentença condenatória em fevereiro de 2006 (FOLHA DE S. PAULO, 16/02/2006, C1). Em setembro do mesmo ano, o coronel, que concorria a uma vaga à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, foi encontrado no apartamento onde residia morto por um tiro de revólver que atingiu seu abdômen (FOLHA DE S. PAULO, 12/09/2006, C1). Enquanto tramitava o processo contra o coronel Ubiratan, em 1996, a Organização dos Estados Americanos (OEA) processou o Brasil pela execução em massa na Casa de Detenção, condicionando a não condenação do país ao cumprimento de uma série de medidas, tais como o pagamento das indenizações a familiares das vítimas. As medidas não foram atendidas até o ano 2000 e a Organização condenou o Brasil pelo massacre dos cento e onze presidiários (MORGADO, 2004, p. 110-111).

Outro episódio representativo de massacre coletivo, envolvendo grande contingente policial, ocorreu em Eldorado do Carajás, Sul do Estado do Pará, no mês de abril do ano de 1996: cento e cinquenta policiais militares foram acusados pela execução de dezenove trabalhadores rurais sem-terra, ocorrida durante um processo de desocupação. Em 07 de agosto do mesmo ano, foi sancionada a referida Lei nº 9.299 que, mantendo no âmbito das polícias militares a realização do Inquérito para apuração dos fatos delituosos, transferiu para a esfera de competência da Justiça Criminal Comum o julgamento dos crimes dolosos contra a vida levados a termo por policiais militares.

Já haviam sido absolvidos o Coronel, o Major e o Capitão acusados de liderar o massacre dos dezenove sem-terra, quando o julgamento foi anulado em abril de 2000. No processo, a promotoria teve dificuldade de estabelecer a materialidade dos crimes tomando como base as peças dos Autos produzidas no Inquérito Policial Militar correspondente (MORGADO, 2001, p. 37-38; BICUDO, 2002, p. 176-178).

Emblemático dos impasses que atravessam a segurança pública brasileira, o Estado de São Paulo, que tem a maior polícia estadual da América Latina, duplicou a verba aplicada em segurança entre 1995 e 2001: de R\$ 2,04 bilhões, os gastos saltaram para R\$ 4,20 bilhões. Tal investimento, proporcionalmente maior do que aquele empreendido por cada um dos quatro governos estaduais anteriores, privilegiou: mais policiais militares nas ruas e mais equipamentos associados a alta tecnologia. Foram mudados o Regulamento Disciplinar, a farda da PM e as cores das viaturas. Foi implantado seguro de vida para os policiais militares. Foi implantado o pagamento de um adicional de risco aos salários. Os Boletins de Ocorrência (BOs), feitos pelos policiais, passaram a ser controlados eletronicamente. Diploma de Ensino Médio e Teste de Integridade passaram a ser exigidos para o ingresso de *praças* (não oficiais) na Corporação paulista. Foi modificado o treinamento dos PMs: o tempo inicial de formação de *praças* passou de oito meses para 2 anos; implantaram-se cursos de qualificação com policiais estrangeiros hiper-especializados; os alvos preferenciais de tiros deixaram de ser cabeça e coração. Aulas de direitos humanos e polícia comunitária foram implementadas. O policiamento de rua passou a contar com equipamentos considerados não letais, tais como: armas com balas de borracha, cassetetes elétricos e sprays químicos. Helicópteros altamente equipados — com computadores, radares, rastreadores eletrônicos — passaram a fazer ronda aérea. Implantou-se, também, o denominado policiamento comunitário, que inclui as chamadas Bases Comunitárias Móveis. Foi feita a integração física dos comandos das polícias Civil e Militar e a divisão dos territórios de ação foi alterada. Foi criada a Ouvidoria de Polícia. Foi implantado o “Disque Denúncia”. Os chamados guardas escolares foram substituídos por aproximadamente

4.500 policiais militares. No balanço do período, compreendido entre 1995 e 2001, autoridades do Estado de São Paulo apresentam, como avanço, o aumento da eficiência policial para realizar prisões, especialmente de pessoas que cometeram pequenos delitos, denominados “crimes de bagatela” por especialistas (MORGADO, 2002, p. 66-68). Conforme a Ouvidoria de Polícia, dos quase 400 mil policiais efetivos nos estados da federação no final da década de 1990, 82 mil estavam no Estado de São Paulo. Levantamento realizado na Corregedoria da Polícia Militar registra que, nessa mesma década, a Corporação paulista matou 7.082 pessoas, ao passo que 153 policiais militares foram mortos em serviço (MARIANO, 2002, p. 58)

A cidade do Rio de Janeiro também é emblemática dos impasses na segurança pública. No bairro do Jardim Botânico, em 12 de junho do ano 2000, por volta das 14h, no interior de um ônibus urbano da linha 174, ocorreu um episódio criminal cujos desdobramentos foram transmitidos ao vivo por diversos canais de televisão. O jovem Sandro do Nascimento, de 21 anos, armado com um revólver, tomou vários passageiros como reféns, dentre os quais a jovem professora Geisa Firmo Gonçalves, de 20 anos. Mais de quatro horas após o início do sequestro, por volta de 18h50, mantendo a professora Geisa sob a mira do seu revólver, Sandro desceu do ônibus. Enquanto alguns policiais militares negociavam com ele, um policial militar do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) avançou subitamente em direção à sequestrada e ao sequestrador e fez vários disparos com sua submetralhadora (MASCARENHAS, 2000). Os disparos produziram a morte da sequestrada. O sequestrador foi morto quando, já dominado, era conduzido na viatura policial militar. A ocorrência foi seguida de pronunciamento em rede nacional do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que enfatizou o despreparo na formação dos policiais. Depois disso, o Presidente da República lançou o PNSP, Plano Nacional de Segurança Pública (SANDES, 2005, p. 06).

Conduzido na pasta do Ministério da Justiça e coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, o PNSP contemplou um inédito programa denominado Bases Curriculares Nacionais para

Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão, estabelecido para homogeneizar os cursos de formação de agentes da segurança, o planejamento curricular e assegurar o princípio de equidade no processo formativo, buscando adequá-lo às necessidades sociais (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Brasília, 2000).

Paralelamente, Relatório do Comitê de Direitos Humanos da ONU, relativo ao ano de 2000, conclui pelo descaso do Estado brasileiro em assegurar a aplicação da Lei. Dentre as 31 de suas recomendações, o relator Nigel Rodley sugere o fim dos tribunais militares para julgamento de crimes cometidos por policiais militares durante o serviço (MORGADO, 2002, p. 67). As autoridades brasileiras também vêm sendo pressionadas a ratificarem a Convenção Americana de Direitos Humanos, pois, segundo estabelece a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, os estados nacionais não podem se esquivar das convenções internacionais de que são signatários. Disso resulta que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos vem recomendando reiteradamente ao Brasil que a segurança pública seja entregue à atividade exclusiva de autoridades civis (BICUDO, 2002, p. 174).

Às críticas, reivindicações nacionais e aos problemas diplomáticos internacionais, decorrentes da militarização na segurança pública, as autoridades brasileiras vêm procurando responder com reformas na legislação e com políticas que enfatizam a melhoria da formação dos agentes policiais. Doravante, a exposição focalizará tal ênfase conferida à formação, apresentando o processo formativo dos policiais militares de Mato Grosso, em geral, e de cadetes, aspirantes à patente de tenente, do Curso de Formação de Oficiais – Bacharelado em Segurança Pública (CFO), em particular. As maiores oportunidades de investigação e aprofundamento da análise determinam a escolha da formação profissionalizante realizada na Polícia Militar de Mato Grosso (PMMT).

A Polícia Militar de Mato Grosso é integrada por aproximadamente 6.000 policiais. Seus níveis hierárquicos basilares compreendem os *praças* (soldados, cabos, sargentos e sub-tenentes) e os

oficiais (aspirante, 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel). Os *praças* constituem 93% do efetivo total e os *oficiais* constituem os 7% restantes. Respalhada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a PMMT tem seu próprio Sistema de Ensino.

O ensino profissional, voltado à formação de *praças*, compreende: a) o ensino fundamental, que realiza o Curso de Formação de Soldados com 400 horas-aula e o Curso de Formação de Cabos, com 800 horas-aula; b) o ensino médio, que realiza o Curso de Formação de Sargentos, com 1400 horas-aula, e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e Sub-Tenentes, com 780 horas-aula.

O ensino superior, voltado à formação de *oficiais*, compreende: a) o Curso de Bacharelado em Segurança Pública (CFO), com 4.780 horas-aula distribuídas ao longo de três anos, que capacita o cadete (praça especial) para o exercício da função de aspirante a oficial subalterno (2º e 1º tenentes); b) os cursos de especialização, com 1400 horas-aula, que capacitam para a função de oficial intermediário e oficial superior (capitão, major e tenente-coronel); e, c) o Curso Superior de Polícia, com 780 horas-aula, que capacita o oficial para a função de alto executivo da polícia Militar (coronel).

O ensino profissional dos *praças* é ministrado pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e o ensino profissional dos *oficiais* é ministrado pela Academia de Polícia Militar Costa Verde (SANDES, 2005, p. 02-04).

Depois de 1967 e anteriormente à atual organização de seu Sistema de Ensino, a Polícia Militar de Mato Grosso formou seus *oficiais* em academias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Devido à falta de efetivo, a Corporação passou a admitir em seus quadros oficiais advindos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, amparada no Decreto-Lei 667/69 (SANDES, 2005, p. 05). Em 1987, a Lei Estadual 5.177 criou a Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV). Em 1994, a Lei estadual nº 388 instituiu o Sistema de Ensino da Polícia Militar de Mato Grosso.

A ativação da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), em 1993, foi seguida do primeiro convênio entre a Polícia Militar Estadual e a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (SANDES, 2002, P. 05). O Convênio estabelece o compromisso de elaboração e execução conjuntas de projetos nas áreas sociais, de pesquisa, da educação e cultura. Compromete as partes em ceder pessoal (policiais militares, professores, técnicos) para participar de projetos e atividades do convênio, respeitando os vínculos e regimes trabalhistas. Prevê a elaboração de termos aditivos na execução dos projetos detalhando obrigações. Prevê o custeio dos projetos a serem executados pela UFMT. Autoriza a Universidade a obter acesso às informações necessárias ao desenvolvimento das ações e a divulgar os resultados alcançados. Convênio do mesmo teor é assinado em 2003 (Convênio nº 042/2003–UFMT).

Em 1994, o Decreto Estadual n.º 3144/93 inaugura o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (CFO), em nível profissionalizante, destinado à formação do aspirante a tenente ao longo de três anos. O ingresso por concurso vestibular é promovido pela UFMT, mediante o Termo Aditivo ao mencionado Convênio nº 042/2003–UFMT. Com idades entre 17 a 28 anos, os jovens cadetes cumprem a carga horária de 4410 horas-aula, tendo como referência o curso de Direito. A grade do Curso contempla as seguintes disciplinas: sociologia, psicologia, didática, filosofia, direito, administração, técnica policial, ordem unida, tiro, e algumas disciplinas complementares. Os cadetes da primeira turma do CFO são declarados aspirantes em 1996 (SANDES, 2005, p. 06).

No mesmo ano, a Resolução Estadual nº 253/96 declara a equivalência do profissionalizante CFO ao ensino de nível superior. O Parecer nº 75/93 do Conselho Federal de Educação já havia aberto essa possibilidade ao declarar equivalência acadêmica de cursos militares a cursos superiores civis. Isso também possibilita aos graduandos de estabelecimentos militares o aproveitamento de estudos realizados em unidades de ensino superior civil.

O CFO da PMMT enfrenta um episódio problemático nos anos iniciais de seu funcionamento. Na madrugada de 05 de abril de 1998, dois dos alunos ingressos na turma de 1996, os jovens Sérgio Kobayashi, de 26 anos, e Evaldo Bezerra Queiroz, de 29 anos, morreram afogados durante treinamento ocorrido no município de Cáceres, a 220 Km de Cuiabá. Com farda e coturno, sem equipamentos de segurança e desconhecendo a área, esses cadetes do terceiro ano, teriam sido obrigados pelos superiores responsáveis a atravessar, junto de outros colegas, o córrego Padre Inácio considerado perigoso. A luta empreendida por Takako Kobayashi, mãe do cadete Sérgio, junto da Associação de Familiares de Vítimas da Violência Policial de Mato Grosso, não resultou na punição judicial dos oficiais processados (MORGADO, 1999, p. 06).

Seguindo-se às mencionadas Bases Curriculares Nacionais para Formação dos Profissionais da Segurança do Cidadão, estabelecidas, em 2000, pelo Ministério da Justiça para homogeneizar formação dos agentes de segurança, em 2001, o Parecer nº 1295/01 do Conselho Nacional de Educação (CNE) equipara as ciências militares ao *rol* das ciências estudadas no Brasil.

Para adequação às Bases Curriculares Nacionais e ao Parecer nº 1295/01 do CNE, também em 2001, a Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV) da PMMT realiza revisão na matriz curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO), a partir de então ampliado para Bacharelado em Segurança Pública. A carga horária do Curso é aumentada de 4.410 horas-aula para 4.780 horas-aula. As disciplinas são agrupadas em 06 áreas temáticas de estudo: missão policial, técnica policial, cultura jurídica, saúde policial, eficácia pessoal, linguagem e informação. A base comum do Curso possui 11,30% do conteúdo voltado para missão policial (filosofia, política, sociologia, ética e cidadania, psicologia), 17% voltado para técnica policial (tiro, defesa pessoal, operações policiais, técnicas gerais de policiamento), 23,22% voltado para cultura jurídica, 3,77% voltado para saúde física e mental, 9,41% voltado para eficácia pessoal (gestão, relações interpessoais), 16,11% voltado para linguagem e informação (didática, estatística, idiomas, pesquisa, informática), 5,54% voltado para

estágio e 11,40% voltado para atividades curriculares complementares. As seis áreas temáticas do bacharelado englobam estudos da cultura, sociedade, ética, cidadania, direitos humanos e controle de drogas (SANDES, 2005, p. 07-08).

O Projeto Político-Pedagógico da APMCV, da PMMT, no qual é realizada a revisão na matriz curricular do CFO – Bacharelado em Segurança Pública e demais cursos profissionalizantes superiores da formação de oficiais, é concluído em 2003 (PPP, APMT, 2003). No mesmo ano, o Projeto Político-Pedagógico é submetido à apreciação do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. Em 09/12/2003, o novo Quadro de Organização Curricular do Bacharelado em Segurança Pública é aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (PARECER Nº 428/2003). A primeira turma de aspirantes formada na nova matriz curricular conclui o Bacharelado em Segurança Pública no ano de 2005.

A reorganização curricular do CFO – Bacharelado em Segurança Pública, empreendida pela APMCV da PMMT, visa adequar-se às Bases Curriculares do Ministério da Justiça e à legislação educacional correspondente, tentando oferecer uma formação policial mais condizente com as demandas sociais por um tipo de profissional da segurança diferenciado e, ao mesmo tempo, visa atender a interesses profissionais e corporativos específicos.

Na estrutura hierárquica da Polícia Militar de Mato Grosso, cabe aos *oficiais subalternos*, tenentes — bacharéis formados no CFO —, comandarem os *praças* que atuam no policiamento preventivo e ostensivo da sociedade. O Bacharelado em Segurança Pública da PMMT, equiparado às ciências, calcado nas Bases Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Ministério da Justiça, pretende formar um oficial mais cômico de sua tarefa social, mais apurado tecnicamente, mais culto juridicamente, mais eficaz, mais didático e comunicativo, mais saudável e com maior capacidade de comando. Um servidor público com atitudes mais voltadas à segurança do cidadão, à proteção da cidadania e à promoção da civilidade.

O pequeno intervalo de tempo transcorrido desde a implantação da nova matriz curricular, em 2003 até os dias presentes, não parece permitir conclusão exaustiva sobre a ocorrência ou não de mudança substantiva na atuação dos tenentes, *oficiais subalternos*, em relação aos egressos do CFO formados pela APMCV da PMMT na matriz curricular anterior. É o que indica pesquisa realizada no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT, focalizando o uso legal da força na formação e atuação de tenentes egressos do CFO (SANDES, 2007).

No entanto, a continuidade da reflexão se impõe: mais um episódio de letalidade no uso da força envolve a Polícia Militar de Mato Grosso, em uma comemoração cívica no bairro Jardim das Flores na cidade de Rondonópolis. Na ocorrência de 26/05/2007, um grupo de aproximadamente sete policiais simulava a intervenção da PM em um sequestro de ônibus com reféns. No momento em que a hipotética invasão do ônibus se deu, policiais dispararam, feriram algumas pessoas e balearam mortalmente um garoto de doze anos. Munição letal, cartucho de cor vermelha, foi colocada em arma que deveria ter sido carregada com munição de festim, de outra cor. Isso teria decorrido de um equívoco, um engano policial (Diário de Cuiabá, 27/05/2007).

A operação simulada se deu com o comando direto de um sargento, *praça*, sob a coordenação de um *oficial subalterno*, tenente. Um Inquérito Policial Militar e um Inquérito Policial Civil foram instaurados. Um cabo e um soldado foram indiciados sob a suspeita de serem os agentes diretos dos disparos fatais (Diário de Cuiabá, 26/06/2007). Até o presente, não se tem notícia da produção de provas conclusivas sobre a autoria desses disparos. Aquilo que deveria ser uma exibição de uso da força não letal resultou em letalidade, ainda que não seja possível afirmar se intencional, dolosa, ou se culposa, negligente, imperita e imprudente.

Um leigo poderia perguntar se, no episódio letal abordado, os procedimentos observados pelos superiores hierárquicos teriam ou não sido rigorosamente seguidos pelos subordinados. Equacionando:

o soldado e o cabo teriam cumprido as ordens do sargento, o *praça* superior imediato? O sargento teria cumprido as ordens do tenente, *oficial subalterno* superior imediato? Um leigo também poderia perguntar sobre a efetividade do comando de tenentes, recém-egressos do CFO, sobre os *praças*.

Quanto a aspectos educacionais do Curso de Formação de Oficiais da PMMT, a matriz curricular implantada de 2003 parece conferir à capacidade de comando ênfase semelhante a dos demais aspectos da formação. Ao mesmo tempo, foi possível verificar que o índice de titulação acadêmica dos professores militares e civis é baixo e que inexistem critérios claramente estabelecidos para o ingresso docente. Também foi possível verificar que a atuação da UFMT, conveniada com a PMMT, está circunscrita à realização do concurso vestibular para ingresso dos cadetes (*praças especiais*) e ao empréstimo de seu espaço físico para algumas atividades do CFO.

A falta de efetiva parceria pedagógica e acadêmica entre a instituição de ensino superior militar, a APMCV, e a instituição pública de ensino superior civil, a UFMT, parece reproduzir a relação hierárquica entre militares e civis existente, na sociedade brasileira, e consagrada na legislação. Também parece reproduzir a falta de parceria entre os órgãos do Poder Executivo responsáveis pela Justiça e pela Segurança e os órgãos responsáveis pela Educação. As Bases Curriculares Nacionais para Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão, estabelecidas em 2000, foram conduzidas pelo Ministério da Justiça e coordenadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública sem a participação do Ministério da Educação. No entanto, a adequação da formação dos agentes de segurança pública às necessidades da atuação parece depender, ao menos em parte, do aprofundamento nas relações entre o setor de Justiça e Segurança e o setor da Educação.

Aqui considerada em sentido lato, a educação implica aspectos políticos, psicossociais e pedagógicos. Em termos políticos, enquanto a sociedade brasileira não ampliar sua indignação com os elevados índices de letalidade policial, dificilmente as pressões existentes

concorrerão para que esses índices diminuam. Em termos legais, enquanto a Carta Constitucional preservar “enclaves autoritários” do período ditatorial, dificilmente a recorrente impunidade sucumbirá a efetivas sanções. Em termos psicossociais, enquanto intersubjetividade popular assimilar a letalidade policial como uma ocorrência natural, dificilmente se produzirá constrangimento para conter a intersubjetividade homicida (MORGADO, 2001). Em termos pedagógicos, enquanto sociedade civil e instituições educacionais do aparato estatal brasileiro não assumirem sua tarefa política e sua autoridade educativa, dificilmente ocorrerão melhorias substantivas na formação e na atuação dos funcionários da segurança pública.

Portanto, a proposição e implantação de políticas de formação de agentes da segurança, que concretamente atendam ao interesse público, devem articular e envolver setores estatais, da Justiça, Segurança e Educação e, necessariamente, setores organizados da sociedade civil. O aprofundamento desse processo educativo demanda: mudança nas práticas sociais e políticas, mudanças na legislação brasileira e mudanças intersubjetivas. Em última instância, a formação de agentes da segurança cuja atuação seja compatível com o aprofundamento da democracia é uma tarefa político-pedagógica da educação, nos sentidos lato e restrito.

Referências

BICUDO, H. P. **Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem**. São Paulo: Moderna, 1994.

BICUDO, H. P. O que significa a unificação das polícias. In: MARIANO, B. D. & FREITAS, I. (Orgs.). **Polícia: desafio da democracia brasileira**. Porto Alegre: Corag, 2002, p.171-181.

BISOL, J. P. Forclusão institucional. In: MARIANO, B. D. & FREITAS, I. (Orgs.). **Polícia: desafio da democracia brasileira**. Porto Alegre: Corag, 2002, p. 11-20.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (de 05 de outubro de 1988). São Paulo: Atlas, 1988.

ESTADO DE MATO GROSSO. PODER LEGISLATIVO. Lei Estadual nº 5.177/87. Cria a Academia de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Assembléia Legislativa: Mato Grosso, 1987.

_____. PODER EXECUTIVO. Decreto nº 3.144/93. Cria o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Casa Civil, 1993.

_____. PODER LEGISLATIVO. Lei Estadual n.º 6.388/94. Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Assembléia Legislativa: Mato Grosso, 1994.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 253/96. Declara Equivalência do CFO ao Nível Superior. Cuiabá: CEE-MT, 1996.

_____. POLÍCIA MILITAR. ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR. Projeto Político Pedagógico da Academia de Polícia Militar. Mato Grosso: APMMT, 2003.

_____. PODER LEGISLATIVO. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n.º 428/03. Análise e Aprovação do Quadro de Organização Curricular - CFO - Bel. Com Segurança Pública do Projeto Político Pedagógico da APMCV. Cuiabá: CEE-MT, 2003.

MARIANO, B. D. Criar uma polícia democrática. In: MARIANO, B. D. & FREITAS, I. (Orgs.). **Polícia: desafio da democracia brasileira**. Porto Alegre: Corag, 2002, p.45-66.

MORGADO, M. A. **Vitimização, identificação e ação política**. X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social — ABRAPSO. São Paulo: 08 a 12 de outubro de 1999.

MORGADO, M. A. **A lei contra a justiça: um mal-estar na cultura brasileira**. Brasília: Plano Editora, 2001.

MORGADO, M. A. Segurança nas universidades públicas: um caso para a polícia? Universidade e Sociedade. Brasília: ANDES, Ano XI, n.º 26, 2002 , p. 65-72.

MORGADO, M. A. Cultura brasileira e lei: uma relação problemática. **Revista Jurídica da Universidade de Cuiabá**. Cuiabá: Edunic, v. 06, n.º 01, jan./jun. 2004, p. 105-120.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. PODER EXECUTIVO. **Decreto-Lei nº 677/69 que Reorganiza as Polícias Militares no Brasil**. Presidência da República. Brasília: 1969.

_____. PODER EXECUTIVO. **Decreto-Lei nº 1.072/69 que Extingue as Guardas Civis no Brasil**. Presidência da República. Brasília: 1969.

_____. PODER EXECUTIVO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parecer Conselho Federal de Educação nº 75/93. **Trata de Equivalência de Cursos Militares**. Brasília: CFE/MEC, 1993.

_____. PODER EXECUTIVO. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Bases Curriculares Nacionais para Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão. Brasília: SENASP, 2000.

_____. PODER EXECUTIVO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parecer Conselho Nacional de Educação nº 1295/01. **Inclui as Ciências Militares no Rol das Ciências Estudadas no Brasil**. Brasília: CNE/MEC, 2001.

_____. PODER EXECUTIVO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Convênio n.º 042/2003. **Convênio que entre si Assinam a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso e Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, Objetivando a Elaboração e Execução de Projeto de Áreas Sociais, de Pesquisa, da Educação e da Cultura**. Cuiabá: UFMT, 2003.

SANDES, W. F. **A Polícia Militar e o Ensino Superior**. Cuiabá: UFMT, PPGE, 2005 (mimeo).

SANDES, W. F. **O uso legal da força na formação de jovens tenentes: um desafio para a atuação democrática da Polícia Militar de Mato Grosso**. Cuiabá, 2007: Dissertação de Mestrado. PPGE/UFMT/MT.

SOARES DA SILVA, Edna. **Gênese e Identidade Educacional do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade**. Cuiabá: PPGE, 2005 (mimeo).

SOUZA, Wanderley Mascarenhas. O Manejo da Crise de Reféns do Ônibus 174 pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – Análise Crítica. São Paulo: PMESP, 2000.

ZAVERUCHA, J. Constituição, Polícia Militar e Forças Armadas: que democracia é esta? In: MARIANO, B. D. & FREITAS, I. (Orgs.). **Polícia: desafio da democracia brasileira**. Porto Alegre, RS: 2002, p. 79-95.